

Conclusão

Para finalizar o trabalho voltar-se-á a alguns pontos estruturais norteadores que vertebraram o projeto. Em um primeiro momento foi consolidada a ideia de que em um espaço multidimensional, modelos de desenvolvimentos etnocêntricos e economicistas voltados para uma homogeneização temporal e espacial da realidade são insustentáveis, juntamente com as suas diversas repercussões sociais em termos simbólicos e materiais; como por exemplo, as políticas habitacionais de interesse social. Sendo assim, para lidar de maneira mais coerente com as complexidades socioespaciais, a noção de desenvolvimento, que estrutura de maneira teórica e prática as ações do Estado e demais agentes sociais, devem ser repensadas profundamente, para que se parta em direção a uma sociedade mais autônoma e assim promotora de maiores possibilidades de promoção de processos sustentáveis.

Essa perspectiva é justificada, notadamente, a partir da análise de algumas das principais políticas habitacionais de interesse social implementadas na cidade do Rio de Janeiro, ao longo das últimas quatro décadas do século XX. Observando tanto a teoria como a prática dessas políticas foi possível perceber a estrutura economicista e por isso limitada das ações para esse setor, o que trouxe repercussões negativas como as elencadas ao longo da investigação, e por isso insustentáveis para grande parte da população carioca em termos de acessibilidade à cidade e autonomia em diversas dimensões. Cabe destacar, nessa dinâmica, que a noção de habitar como uma ação socioespacial complexa alcança dimensões simbólicas e matérias em múltiplas escalas. Essas limitações foram também ressaltadas com as reflexões sobre o conceito de déficit habitacional, que representa comumente a maior fração das justificativas para as políticas habitacionais de interesse social. Esse problema social e urgente tem sido colocado em um patamar de simplificação estruturado por uma visão monodimensional sobre suas causas. Assim, com a observação dos indicadores das diversas necessidades habitacionais, bem como a análise crítica em termos econômicos e políticos do déficit foi possível observar algumas das diversas contradições e atrasos da ação do Estado sobre uma necessária reformulação

teórica e prática para o setor habitacional na escala do planejamento territorial urbano.

Com a análise do Conjunto Habitacional Nova Sepetiba I, foi possível visualizar concretamente essas questões. O discurso político que justifica essa ação pública para a cidade, as estruturas materiais construídas e a postura do poder público frente ao movimento contínuo de transformação desse lugar ainda não apresentam modificações relevantes para identificar avanços nessa área.

Não se trata, porém, de condenar a construção social do lugar, a qual está se processando a cada dia no conjunto habitacional estudado, já que as práticas espaciais que estão operando são as verdadeiras responsáveis em definir e transformar tanto a base material como as relações sociais desse lugar, tornando a imprevisibilidade um fator essencial no estudo do espaço. Com a presente pesquisa foi possível entender que esse é um processo em que participam diversos agentes espaciais operativos em múltiplas escalas e que constroem uma relação complexa de resistência, negociação e cooptação em uma trama de poderes assimétricos e por isso hierárquicos. Nesse sentido, acredita-se que para garantir maior qualidade de vida e justiça social, a gestão desse lugar deve ser baseada em movimentos sociais e novas políticas habitacionais que poderiam operar, mutuamente e complementarmente, através de uma gestão participativa voltada para o desenvolvimento socioespacial subordinado pela autonomia. A intenção é que possa ocorrer uma promoção de movimentos sociais mais ativos e políticas mais abrangentes — por exemplo, ao associar-se educação, participação política, qualificação para o trabalho, transporte e lazer — e, por isso, mais coerentes com o movimento do espaço social.

A complexidade do desenvolvimento socioespacial da cidade do Rio de Janeiro foi então refletida através das diversas questões e contradições habitacionais, tendo em vista que esse setor assume uma importância fundamental para entender o movimento desse território. Mais do que indicar os erros passados, e os culpados pelas injustiças materializadas no espaço urbano carioca, a intenção foi pensar em possibilidades de avançar em processos de desenvolvimento mais coerentes com a complexidade socioespacial.

A pesquisa então se encerra destacando as propostas que dizem respeito à noção de Produção Social do Habitar a qual não está livre de contradições, principalmente por ser a habitação um tema de grande complexidade e que lida com dimensões imprevisíveis. Porém, por ser uma vertente mais aberta e por isso coerente com o movimento do espaço ela certamente representa uma infinidade de possibilidades que ainda serão pensadas e materializadas para dar conta dos problemas habitacionais da cidade, pois o espaço em sua plenitude, assim como o tempo – sendo os dois inseparáveis na produção social da realidade – é a esfera da mobilidade, da transformação e do novo.

Afinal, a luta pelo direito à cidade pode ser um forte instrumento de transformação, e, nesse sentido, possibilita a construção de formas criativas de participação popular, fundamental em virtude de promover uma sociedade mais autônoma. Nesse momento, o direito à cidade é aquele que está para além de um direito ao acesso àquilo que já existe. Trata-se do direito de mudar a cidade de acordo com os nossos sonhos de cidade e assim, se nós produzimos o espaço que nos produz, seria o direito de nos refazer.